

Paralisação dia 22 contra a Reforma da Previdência

Todos estão convocados a lutar
contra a proposta brutal de
Reforma da Previdência (PEC
6/2019), em 22 de março

pág. 4



Bolsonaro quer implementar a idade mínima de 62 anos
para mulheres e de 65 anos para homens se aposentarem

Mala Direta
Básica
9912405031/2016 - DR/SC
SIND SERV MUN JVE
Correios



- Mudou-se
- Desconhecido
- Recusado
- Falecido
- End. Insuficiente
- Não existe nº indicado

Reintegrado ao serviço postal em

___ / ___ / ___
___ / ___ / ___

RESPONSÁVEL

MARÇO DE 2019 | NÚMERO 59 | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA | www.sinsej.org.br



Jornal do SINSEJ

JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE JOINVILLE E REGIÃO

CAMPANHA SALARIAL 2019

A luta por melhores condições de trabalho e atendimento no serviço público
está entre as prioridades da categoria neste ano

pág. 3

Kályta Morgana de Lima



Os conselhos de representantes de Joinville
e Itapoá já definiram pré-pautas de
reivindicações, que abrangem demandas
dos mais variados setores

*Em Joinville, a assembleia geral
acontece em 22 de março, às 9 horas,
na Liga da Sociedade Joinvilense*

*Em Itapoá, a assembleia ocorre em
26 de março, às 19 horas, com local
a confirmar*

*Em Garuva, a assembleia ocorrida
em 27 de fevereiro já aprovou a
Pauta de Reivindicações*

EDITORIAL
ULRICH BEATHALTER

Greve Geral para defender os direitos

Não há meio termo! Se quisermos manter os nossos direitos e o serviço público, é preciso fazer uma grande Greve Geral neste país – e por tempo indeterminado. Nenhuma medida judicial, burocrática ou administrativa será capaz de impedir os grandes banqueiros, empresários e latifundiários de irem até as últimas consequências para tirar tudo que os trabalhadores conquistaram com décadas de luta organizada.

Tramita no Congresso Nacional a nova proposta de Reforma da Previdência. O projeto de Guedes/Bolsonaro é muito pior que o de Temer. Mulheres e servidores públicos são os mais atingidos. Longe de combater os verdadeiros privilegiados, a intenção do governo é destruir a perspectiva dos jovens e trabalhadores de um dia se aposentarem. Ao mesmo tempo, transforma o sistema previdenciário num grande “negócio” para os banqueiros colegas do super Ministro Paulo Guedes (veja detalhes na página 4).

Além disso, a equipe econômica não esconde sua sãna em lançar uma nova Reforma Trabalhista, que vá mais longe no corte dos direitos dos trabalhadores. Para Guedes, a legislação trabalhista deve se aproximar da informalidade, ou seja, deve deixar de existir. Nada de garantias formais aos trabalhadores. Liberdade total para os “coitados” dos patrões explorarem ao máximo a mão de obra disponível, a fim de manter e aumentar os lucros de seus negócios.

Professores são os vilões do momento. Não bastasse o histórico de descaso, baixos salários, pífios investimentos, precárias condições de trabalho – agora se tornam, na visão do novo governo, os verdadeiros culpados por todos os problemas da humanidade. Além de serem acusados de aliciar crianças e jovens com conteúdo parti-

dário, promover o desvirtuamento moral e sexual dos alunos, agora também somos alvo de teorias conspiratórias que nos acusam de corrupção. O próprio presidente da República anunciou via Twitter (seu gabinete virtual de governo) uma espécie de “Lava-jato” para a Educação. Questiona os “gastos elevados” com educação no Brasil, o que já mostra sua disposição de cortar mais ainda os investimentos no setor.

Este é um daqueles momentos da história em que não é possível titubear. O Judiciário já deu mostras de que lado está. Deputados e senadores, como sempre, correm para barganhar com o governo. Fala-se em negociatas que envolvem milhares de cargos e milhões por deputado. Tudo para ganhar o voto e saquear ainda mais o povo já sofrido. Por isso não se pode mais acreditar em medidas judiciais ou emendas legislativas ao projeto. Nada de bom tem vindo do Judiciário ou do Poder Legislativo. Assim como sempre na história, precisamos confiar em nossas próprias forças. É com a Unidade, Organização e Luta da classe trabalhadora e da juventude que vamos barrar esses ataques.

Dia 22 de Março é o início do combate. O Sinsej mais uma vez sai na frente, sendo o primeiro sindicato do estado a chamar o Dia de Paralisação contra o desmonte da Previdência. Mas não paramos aí. Precisamos fazer um grande ato no dia 22, que force as centrais sindicais e os outros sindicatos para juntos iniciarmos uma Greve Geral por tempo indeterminado, até a retirada de todos os ataques. Fique atento à programação. Discuta em seu local de trabalho. Chame a direção do sindicato sempre que preciso. Venha lutar pelo nosso futuro, pelo futuro de nossos filhos e netos.

CHARGE - LATUFF



CURTAS

Envie pautas para jornalismo@sinsej.org.br

Eleições do Sinsej 2019

Em 14 e 15 de março acontecem as eleições do Sinsej. Concorrem: Chapa 1 – Unidade, Organização e Luta. Chapa 2 – Servidor em Luta. Chapa 3 – Novo Sinsej. Todos os servidores filiados há mais de três meses estão aptos a votar. A coleta de votos será feita de forma itinerante em Joinville, Garuva e Itapoá. Também haverá urnas fixas nos seguintes locais: Sede do Sinsej, na Rua Lages, 84; prédio da Prefeitura de Joinville; Hospital São José, das 8 às 18 horas.

bém permite acordo entre MP e investigado que, mediante confissão, pode ter uma pena fixada sem abertura de ação penal. A medida institucionalizará a tortura pela obtenção de “confissões” e reduzirá o direito de ampla defesa.



Lula Marques

Governo quer urgência na tramitação do projeto anticrime de Sérgio Moro

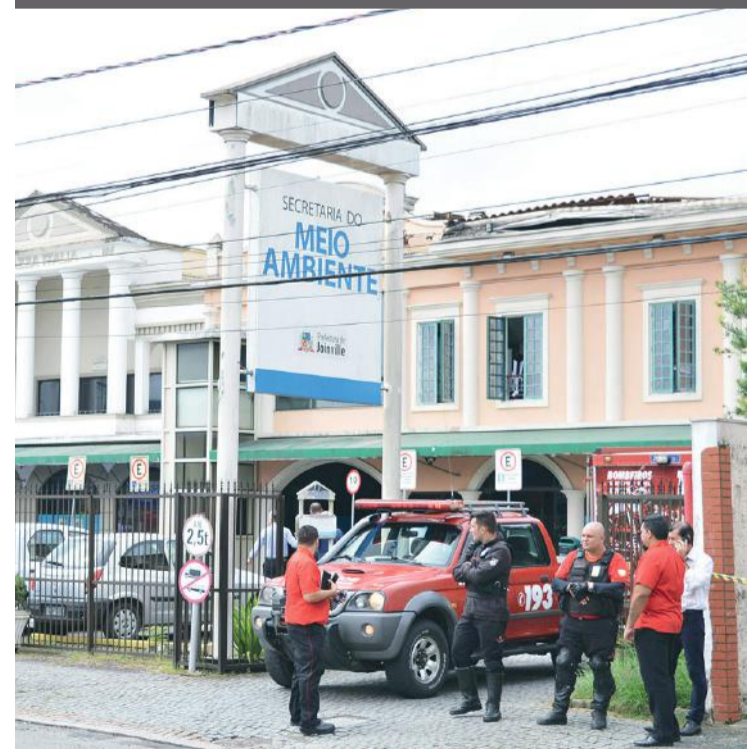
Centrinho Luiz Gomes

Em 22/2 a equipe de odontologia do Centrinho Luiz Gomes interrompeu os atendimentos devido às infiltra-

ções no local. Após a decisão dos trabalhadores a Prefeitura resolveu temporariamente o problema. A mobilização da categoria é a melhor forma de conquistar melhorias.

IMAGEM DO MÊS

Aline Seitenfus



Ataque à Educação em Itapoá

A Prefeitura de Itapoá quer apresentar um projeto que extingue os cargos de orientador, administrador e supervisor escolar. Eles serão substituídos pelo “coordenador pedagógico”. O projeto ainda não entrou na Câmara, mas representará um retrocesso sem precedentes. Medida parecida já foi implementada nas escolas estaduais e não teve resultados positivos. A categoria deve estar atenta para barrar o projeto.

Licença para matar

O ministro Sergio Moro apresentou o Anteprojeto de Lei Anticrime que dará licença para policiais matarem (o que também pode ser aplicado em repressões a greves e movimentos). Ele tam-

Telhado da SAMA desaba

Em 28/2 o telhado da SAMA desabou, ferindo 20 servidores. O Sinsej chama os trabalhadores a participarem da Campanha Salarial 2019, que terá as condições de trabalho como prioridade.

A Campanha Salarial 2019 já começou

Participe da paralisação nacional contra a Reforma da Previdência em 22 de março

A Campanha Salarial deste ano estará obrigatoriamente ligada à luta por melhores condições de trabalho e de atendimento no serviço público, bem como contra a Reforma da Previdência (ver matéria na página 4).

Os conselhos de representantes de Joinville e Itapoá já definiram pré-pautas de reivindicações, que abrangem demandas dos mais variados setores. O próximo passo na construção desses documentos é a discussão e aprovação deles com todos os trabalhadores. Em Joinville, a assembleia geral acontece em 22/3, às 9 horas, na Liga da Sociedade Joinvilense (Rua Jaguaruna, 100 - Centro). Nesta data, todos os servidores das três cidades representadas pelo Sinsej estão chamados a paralisar os trabalhos durante todo o dia contra a Reforma da Previdência. Em Itapoá, também

há uma assembleia marcada para 26 de março, às 19 horas, com local a confirmar. Até lá, os servidores devem discutir o tema nos locais de trabalho.

Em Garuva, a assembleia ocorrida em 27 de fevereiro já aprovou a Pauta de Reivindicações. Ela será entregue a Prefeitura e uma nova atividade com a categoria será agendada em breve.

Paralisação

Todos os servidores de Joinville, Garuva e Itapoá estão chamados a paralisar os trabalhos em 22 de março. Para esta data, dez centrais sindicais brasileiras estão convocando um dia nacional de mobilização e luta contra a Reforma da Previdência. Em Joinville, o assunto foi discutido pelo Conselho de Representantes, em 1º de março. Entre os conselheiros há consenso de que é preciso



Aline Seitenfus

Fique atento às datas das atividades da Campanha Salarial 2019 na sua cidade e participe!

unir-se à luta nacional contra este ataque e, mais do que isso, que é necessário cobrar das centrais a convocação de uma greve geral por tempo indeterminado, até a derrubada da Reforma.

Programação em Joinville:

9 horas – Assembleia na Liga da Sociedade Joinvilense, para discutir a Reforma da Previdência, Pauta de Reivindicações 2019 e prestação de contas

do Sinsej 2018.

14 horas – Ato na Praça da Bandeira.

Garuva e Itapoá terão as programações deste dia divulgadas em breve.

Pré-pauta de Reivindicações Joinville

Cláusulas econômicas:

1. Revisão dos vencimentos pelo INPC acumulado no período de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019;
2. Reajuste de 5%, de modo a recuperar parte das perdas salariais históricas da categoria;
3. Revisão mensal dos vencimentos pelo INPC (gatilho salarial);
4. Reajuste do valor do vale-alimentação para o mesmo valor da cesta básica apurado pelo DIEESE 2018 (R\$ 425,00);
- 4.a. Universalização do vale-alimentação, estendendo a todos os níveis e aposentados.
5. Revisão do PCCS geral, de modo a garantir progressão por titulação e formação para todos os servidores. Incluir ACS;
6. Revisão do PCCS do Magistério;
7. Pagamento da gratificação de ESF para ACSs e NASF.
8. Extensão de gratificação de alta complexidade para as unidades de internação do HSJ.
9. Equiparação de nível salarial dos agentes de estoque de material (7) aos agentes administrativos (9).

Cláusulas Sociais:

1. Regulamentação da jornada de 30 horas semanais, sem redução de salário;
2. Aplicação imediata dos 33,33% de hora-atividade para os profissionais do magistério, em todos os níveis;
3. Revogação da portaria que suspende a possibilidade de converter um terço de férias em abono pecuniário, as indenizações e gozo de licença prêmio;
4. Direito à licença prêmio para as ACSs;
5. Liberação de um dia de serviço a cada dois meses para os representantes sindicais eleitos por local de trabalho e para os diretores suplentes da diretoria do sindicato;
6. Licença remunerada para graduação e pós-graduação dos servidores; fixação de critérios e vagas para as licenças de pós-graduação concedidas pela secretaria de educação;
7. Contratação imediata e abertura de concurso para suprir a demanda nas unidades;

8. Eleição direta para diretores e coordenadores de unidades, com o fim da indicação político-partidária;
9. Regulamentação da lotação e transferência dos servidores, conforme projeto apresentado pela categoria;
10. Revogação da extinção de cargos;
11. Apresentação de proposta imediata para o atendimento da saúde dos servidores, com garantia de consultas, exames, cirurgias e internações;
12. Revisão do Artigo 51 da Lei 266/2008, com a revogação da Instrução Normativa 001/2017 SGP/UAP;
13. Revisão do Calendário 2019 (Geral e Escolar);
14. Garantia de acessibilidade aos portadores de deficiência em todos os locais de trabalho;
15. Pagamento de insalubridade para todos os servidores lotados nas unidades de saúde; cozinheiras; assistência social; ACSs;
16. Pagamento imediato da dívida da prefeitura com o IPREVILLE e o fim dos parcelamentos com o Instituto.
17. Garantia de uma hora de descanso no plantão de 12h, aos profissionais do SAMU;
18. Pagamento de 1/3 de férias, no início do gozo, de acordo com o estatuto, Lei 266/08 para todos os servidores;
19. Orientador e supervisor escolar também nos CEIs;
20. Garantir estrutura para atendimento ao público (material e pessoal) em todas as unidades de trabalho;

Acordos não cumpridos em campanhas anteriores:

1. Regulamentação de pagamento de abono aos servidores que trabalharem nos recessos e pontos facultativos (20/11/2013);
2. Pagamento da gratificação de alta complexidade para servidores dos abrigos da SAS (Campanha Salarial 2014);
3. Garantir EPI e uniforme para os servidores;

Pré-pauta de Reivindicações Itapoá

1. Revisão dos vencimentos pelo INPC acumulado no período de 1º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019
2. Regulamentação da revisão salarial mensal (gatilho salarial), conforme acordado em 2016
3. Proposta para zeramento, até o final do mandato da atual gestão municipal, das perdas salariais históricas da categoria, conforme cálculo do Dieese
4. Elevação do valor do vale-alimentação para R\$ 600, atualmente está em R\$ 426,76
5. Envio imediato à Câmara de Vereadores do projeto contendo a proposta de PCCS apresentada pela categoria
6. Pagamento do adicional de insalubridade a todos os profissionais que atuam nas unidades de saúde, independente do cargo
7. Regulamentação da jornada de 30 horas semanais
8. Garantir auxiliar em todas as turmas de creche
9. Pagamento do percentual de insalubridade calculado sobre o vencimento do servidor
10. Regulamentação definitiva acerca da lotação dos servidores em suas respectivas unidades de trabalho
11. Regulamentação da hora-aula, em vez de hora-relógio

Pauta de Reivindicações Garuva

1. Revisão geral dos vencimentos, conforme Lei Ordinária 1.672/2013 e Art. 37, inciso X da Constituição da República Federativa do Brasil.
2. Reajuste de 5%, de modo a recuperar parte das perdas salariais históricas da categoria.
3. Elevação do valor do vale-alimentação para R\$ 700,00.
4. Redução da carga horária de 30 horas semanais para os servidores do Pronto Atendimento.
5. Liberação de um dia de serviço a cada dois meses para os representantes sindicais eleitos por local de trabalho.

Lute pela sua aposentadoria

Centrais convocam dia de mobilização nacional em 22 de março

A nova proposta de Reforma da Previdência, de Bolsonaro, foi definitivamente entregue ao Congresso no final de fevereiro. Formulada pelo ministro da Economia Paulo Guedes, ela representa o repasse de R\$ 1 trilhão que hoje pertencem aos trabalhadores para o setor financeiro.

A proposta (PEC 6/2019) apresenta medidas brutais. **Um dos principais pontos é a implantação da idade mínima de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens.** Essa regra vale também para os servidores públicos. Os professores e agricultores terão a idade mínima de 60 anos para ambos os sexos. Para policiais, será de 55 anos. A partir de 2024 essa idade mínima começa a subir, e daí em diante a cada quatro anos, conforme a expectativa de vida aumenta sem necessitar de alterações na Constituição.

O tempo mínimo de contribuição para receber o benefício integral (média dos maiores salários) é de 40 anos. Esta é a pior parte,

pois, quem no Brasil hoje consegue trabalhar de maneira formalizada por quatro décadas? Já o tempo mínimo de contribuição para requisitar a aposentadoria – com descontos – é de 20 anos para trabalhadores do setor privado e 25 anos para os servidores públicos. **Professores podem requerer a aposentadoria parcial apenas com 30 anos de contribuição** e agricultores com 20 anos de contribuição. Nestes casos, o benefício será de apenas 60% e só poderá ser solicitado caso a idade mínima seja atingida.

O valor do benefício para os servidores públicos será o mesmo do regime geral – que tem um teto de R\$ 5.839 mil. Quem começou a trabalhar até 31 de dezembro de 2003 terá direito à aposentadoria integral – desde que cumpra a idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. Quem entrou após 2003, entra na regra do regime geral, ou seja, passa a receber uma média de todos os salários

recebidos e não pode ultrapassar o teto do INSS.

Além disso, os benefícios assistenciais serão desvinculados do salário mínimo e não poderá mais haver acumulação. O governo propõe que a partir dos 60 anos seja pago o valor de R\$ 400 e somente após os 70 anos esses idosos passam a receber um salário mínimo.

Outro ponto da proposta é de que **os governos não serão mais responsáveis pelo pagamento dos déficits atuariais.** Em vez do modelo atual, serão fixadas contribuições extras e paritárias entre o ente federativo e os servidores ativos e que recebem o benefício. O documento prevê também alteração nas alíquotas de contribuição, conforme o salário.

Mulheres

Bolsonaro estipulou que mulheres terão o mesmo tempo de contribuição que os homens. O resultado disso é que uma professora que atualmente poderia se

aposentar com 25 anos de trabalho precisará trabalhar 40 anos. São 15 anos a mais de trabalho em sala de aula. Essa regra desconsidera totalmente a realidade social brasileira, onde mulheres ganham menos e cumprem dupla jornada.

A mentira do déficit

Segundo a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, a arrecadação total para a Seguridade Social no ano de 2015, por exemplo, foi de mais de R\$ 694 bilhões e os gastos totais com benefícios previdenciários, assistenciais, saúde pública, FAT e outras despesas ficaram na casa de R\$ 683 bilhões. Ou seja, um superávit de mais de R\$ 11 bilhões. Esta diferença positiva só não se manteve em virtude das leis de desoneração que atingiram duramente a arrecadação previdenciária, além das anistias dadas ao agronegócio. Esta é uma opção do governo.

Desconstitucionalização e capitalização

Alterar a constituição não é tão fácil como alterar uma lei. Para fazê-lo é necessário que se obtenha um quórum qualificado que, normalmente, possui um custo muito alto no balcão de negócios do parlamento. Por isso nem tudo está regulamentado na PEC.

A idade mínima e o tempo de contribuição deverão ser revisados em quatro anos, sem precisar de nova emenda constitucional. Os fundos de previdência (para servidores públicos federais, estaduais e municipais) serão regulamentados por lei ordinária na respectiva esfera de competência. Isto significa que, se o governo continuar a achar que “existe déficit”, fará uma nova mudança e dificultará mais ainda a previdência.

Já na nova redação do art. 201 da Constituição prevê que “Lei complementar de iniciativa do Poder Executivo federal instituirá novo regime de previdência social, organizado com base em sistema de capitalização, na modalidade de contribuição definida, de caráter obrigatório para quem

aderir, com a previsão de conta vinculada para cada trabalhador e de constituição de reserva individual para o pagamento do benefício [...]”.

Há um grande interessado na chamada “nova previdência” de Bolsonaro/Guedes: **o sistema financeiro. Será ele o grande gestor do sistema de capitalização.**

O atual sistema brasileiro é conhecido como sistema de repartição, fundado na solidariedade entre gerações. Ou seja, a geração que trabalha mantém os benefícios da geração anterior. No sistema de capitalização, cada trabalhador mantém uma poupança individual, administrada por bancos ou fundos de pensão. Ele é financiado apenas pelo trabalhador e o benefício não possui valor definido. Ao final de muitos anos de contribuição a aposentadoria será o resultado das aplicações financeiras do gestor.

No Chile, onde Guedes fez parte do grupo “Chicago Boys”, que influenciou a economia durante a sangrenta ditadura de Pinochet e fomentou a implantação do sistema de capitalização, cerca de 90% dos trabalhadores que se aposentaram pelo regime atual estão recebendo menos de um salário mínimo daquele país. Em contrapartida, os gestores deste sistema abocanham fatias cada vez mais gordas do PIB chileno.

Além disso, o sistema de capitalização, mesmo que implementado de forma gradual, acaba por causar déficit no sistema público, pois parte das contribuições que iriam para o regime público serão agora desviadas para os gestores privados.

Paralisação

Dez centrais sindicais estão chamando para 22 de março um dia nacional de mobilização e luta contra a Reforma da Previdência. O Sinsej convoca todos os servidores a paralisarem nesta data, para uma assembleia pela manhã e um ato à tarde (ver página 3). **É preciso fazer uma grande manifestação e forçar as centrais a iniciarem uma greve geral por tempo indeterminado, até a retirada de todos os ataques. Participe!**

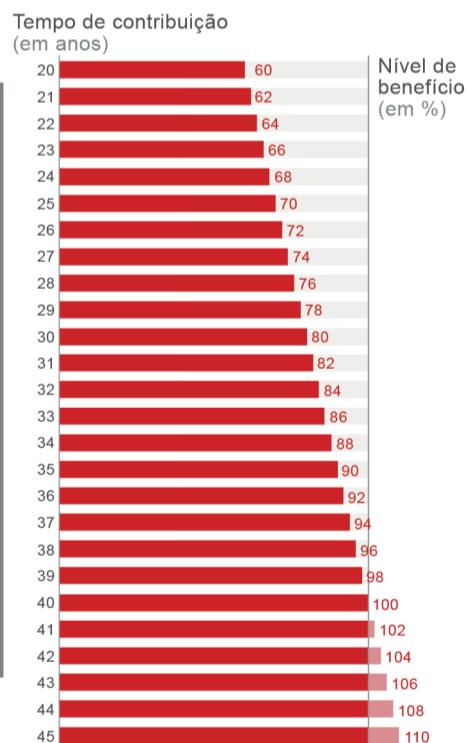
Proposta para a previdência

Texto prevê mudança de idade mínima, com 12 anos de transição



Mudança no cálculo de benefício

Com 20 anos de contribuição, benefício será de 60%, subindo 2 pontos percentuais a cada ano



* No período de transição, o benefício deve se limitar a 100% do salário, tanto para o RGPS quanto para o RPPS. Depois disso, ele vai poder ultrapassar 100%, limitando ao teto do INSS (R\$ 5.839,45)

* O valor do benefício não pode ser inferior a 1 salário mínimo (R\$ 988) | Fonte: Governo Federal



www.sinsej.org.br
sinsej@sinsej.org.br
Facebook: Sinsej

DIREÇÃO

Ulrich Beathalter
Presidente
Mara Lúcia Tavares
Secretária Geral
Flávia Antunes
Tesoureira

João Batista Verardo
Secretário de Assuntos Jurídicos
Marcio Avelino do Nascimento
Secretário de Formação Sindical
Antonio Félix Mafrá
Secretário de Patrimônio

Edson Luiz Tavares
Diretor Sindical
Ninon da Rosa Peres
Diretora Sindical
Deise Regina Pereira de Lima
Diretora Sindical

ELABORAÇÃO

Francine Hellmann
Jornalista - MTB 4946/SC
Aline Seitenfus
Jornalista - MTB 6342/SC
Kályta Morgana de Lima